



Organização Social Viva RIO

Unidades de Pronto Atendimento Prisionais
UPAS - Prisionais

Seleção Pública

ASSISTENTE SOCIAL

Data: 24/08/2014

Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este **Caderno**, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

Português	Conhecimentos sobre SUS	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- Será **eliminado** do Processo Seletivo o candidato que:

- Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, walkmans, régua, esquadros, transferidores, compassos, MP3, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos analógicos.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.

PORTUGUÊS

OUTRO PARADIGMA: ESCUTAR A NATUREZA

Agora que se aproximam grandes chuvas, inundações, temporais, furacões e deslizamentos de encostas temos que reaprender a escutar a natureza. Toda nossa cultura ocidental, de vertente grega, está assentada sobre o *ver*. Não é sem razão que a categoria central – ideia – (*eidōs* em grego) significa visão. A *tele-visão* é sua expressão maior. Temos desenvolvido até os últimos limites a nossa visão. Penetramos com os telescópios de grande potência até a profundidade do universo para ver as galáxias mais distantes. Descemos às derradeiras partículas elementares e ao mistério íntimo da vida. O olhar é tudo para nós. Mas devemos tomar consciência de que esse é o modo de ser do homem ocidental e não de todos.

Outras culturas, como as próximas a nós, as andinas (dos quéchuas e aimaras e outras) se estruturam ao redor do *escutar*. Logicamente eles também veem. Mas sua singularidade é escutar as mensagens daquilo que veem. O camponês do altiplano da Bolívia me diz: “eu escuto a natureza, eu sei o que a montanha me diz”. Falando com um xamã, ele me testemunha: “eu escuto a Pachamama e sei o que ela está me comunicando”. Assim, tudo fala: as estrelas, o sol, a lua, as montanhas soberbas, os lagos serenos, os vales profundos, as nuvens fugidias, as florestas, os pássaros e os animais. As pessoas aprendem a escutar atentamente estas vozes. Livros não são importantes para eles porque são mudos, ao passo que a natureza está cheia de vozes. E eles se especializaram de tal forma nesta escuta que sabem ao ver as nuvens, ao escutar os ventos, ao observar as lhamas ou os movimentos das formigas o que vai ocorrer na natureza.

Quando Francisco Pizarro em 1532 em Cajamarca, mediante uma cilada traiçoeira, aprisionou o chefe inca Atahualpa, ordenou ao frade dominicano Vicente Valverde que com seu intérprete Felipillo lhe lesse o *requerimento*, um texto em latim pelo qual deviam se deixar batizar e se submeter aos soberanos espanhóis, pois o Papa assim o dispusera. Caso contrário poderiam ser escravizados por desobediência. O inca lhe perguntou donde vinha esta autoridade. Valverde entregou-lhe o livro da Bíblia. Atahualpa pegou-o e colocou ao ouvido. Como não tivesse escutado nada jogou a Bíblia ao chão. Foi o sinal para que Pizarro massacrasse toda a guarda real e aprisionasse o soberano inca. Como se vê, a *escuta* era tudo para Atahualpa. O livro da Bíblia não falava nada.

Para a cultura andina tudo se estrutura dentro de uma teia de relações vivas, carregadas de sentido e de mensagens. Percebem o fio que tudo penetra, unifica e dá significação. Nós ocidentais vemos as árvores mas não percebemos a floresta. As coisas estão isoladas umas das outras. São mudas. A fala é só nossa. Captamos as coisas fora do conjunto das relações. Por isso nossa linguagem é formal e fria. Nela temos elaborado nossas filosofias, teologias, doutrinas, ciências e dogmas. Mas esse é o nosso jeito de sentir o mundo. E não é de todos os povos.

Os andinos nos ajudam a relativizar nosso pretensão “universalismo”. Podemos expressar as mensagens por outras formas relacionais e includentes e não por aquelas objetivísticas e mudas a que estamos acostumados. Eles nos desafiam a *escutar* as mensagens que nos vêm de todos os lados.

Nos dias atuais devemos escutar o que as nuvens negras, as florestas das encostas, os rios que rompem barreiras, as encostas abruptas, as rochas soltas nos advertem. As ciências na natureza nos ajudam nesta escuta. Mas não é o nosso hábito cultural captar as advertências daquilo que vemos. E então nossa surdez nos faz vítimas de desastres lastimáveis. Só dominamos a natureza, obedecendo-a, quer dizer, escutando o que ela nos quer ensinar. A surdez nos dará amargas lições.

Leonardo Boff
(Adaptado de: alainet.org)

01. A crítica do autor ao “modo de ser homem ocidental” está melhor sintetizada em:

- A) “Toda nossa cultura ocidental, de vertente grega, está assentada sobre o *ver*” (1º parágrafo)
- B) “Outras culturas, como as próximas a nós, as andinas (dos quéchuas e aimaras e outras) se estruturam ao redor do *escutar*” (2º parágrafo)
- C) “Foi o sinal para que Pizarro massacrasse toda a guarda real e aprisionasse o soberano inca” (3º parágrafo)
- D) “Nela temos elaborado nossas filosofias, teologias, doutrinas, ciências e dogmas.” (4º parágrafo)
- E) “Mas não é o nosso hábito cultural captar as advertências daquilo que vemos” (6º parágrafo)

02. A menção a culturas baseadas no “escutar” pretende sustentar a seguinte ideia:

- A) as referências religiosas ocidentais permanecem insuficientes na atualidade
- B) os saberes científicos são baseados em observação detalhada de partículas imperceptíveis
- C) as sociedades ocidentais precisam estabelecer outra relação com a natureza
- D) as culturas andinas são facilmente submetidas a imposições militares
- E) os serviços de meteorologia são constantemente desautorizados por previsões místicas

03. A partir de uma leitura global do texto, o último parágrafo cumpre o papel de:

- A) advertir acerca dos desastres ambientais iminentes
- B) ironizar a limitação dos conhecimentos científicos
- C) reafirmar a necessidade de um domínio racional da natureza
- D) defender o retorno à condição de sociedade primitiva para o ocidente
- E) dialogar com a teoria da relatividade em perspectiva mística

04. Em “Nós ocidentais vemos as árvores mas não percebemos a floresta” (4º parágrafo), o emprego da 1ª pessoa do plural produz o seguinte efeito de sentido:

- A) confere tom agressivo à crítica proposta
- B) propõe superioridade da cultura ocidental
- C) ironiza as culturas baseadas em misticismos
- D) atenua a crítica incluindo o autor em seu alvo
- E) reforça o espírito colonialista europeu

05. De acordo com a norma padrão, é correto introduzir o complemento por “à”, com acento grave indicando a crase, caso na oração “e se submeter **aos soberanos espanhóis**” (3º parágrafo) o termo em destaque seja substituído por:

- A) à uma lei estrangeira
- B) à nova regra imposta
- C) à qualquer regulamento
- D) à outro imperador
- E) à seu chefe autoritário

06. “Para a cultura andina tudo se estrutura dentro de uma teia de relações vivas” (4º parágrafo). O emprego da preposição “para”, nesse contexto, expressa valor semântico de:

- A) finalidade
- B) conformidade
- C) conclusão
- D) direção
- E) tempo

07. Um fragmento em que o pronome destacado remete a elementos situados depois dele é:

- A) "Assim, tudo fala: as estrelas, o sol, a lua, as montanhas soberbas" (2º parágrafo)
- B) "E eles se especializaram de tal forma nesta escuta" (2º parágrafo)
- C) "Como se vê, a escuta era tudo para Atahualpa" (3º parágrafo)
- D) "Para a cultura andina tudo se estrutura numa teia de relações vivas" (4º parágrafo)
- E) "As ciências na natureza nos ajudam nesta escuta" (6º parágrafo)

08. Uma palavra que teve sua acentuação gráfica alterada pelo último Acordo Ortográfico é:

- A) camponês
- B) dispusera
- C) ideia
- D) dogmas
- E) galáxias

09. "E eles se especializaram **de tal forma** nesta escuta **que** sabem (...) o que vai ocorrer na natureza" (2º parágrafo). A relação estabelecida pelos elementos destacados é de:

- A) tempo
- B) condição
- C) concessão
- D) comparação
- E) consequência

10. O emprego das aspas em "universalismo" sugere a seguinte ideia:

- A) reivindicar autoridade moral para as observações feitas
- B) neutralizar as críticas negativas a um campo do saber
- C) reforçar a relatividade da perspectiva ocidental
- D) demonstrar a superioridade da tradição científica
- E) inverter os termos da comparação realizada

CONHECIMENTOS SOBRE SUS

11. A Constituição Brasileira de 1988 prevê que a saúde é direito de todos os brasileiros, garantido mediante :

- A) oferta de serviços públicos e privados de saúde integrados através de uma rede centralizada
- B) iniciativa das prefeituras locais, com prioridade para os serviços assistenciais prestados às populações carentes
- C) políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos
- D) um sistema único e centralizado, condicionado à previsão de recursos no orçamento da União, destinados à assistência social
- E) financiamento do governo federal e, complementarmente, pelos recursos da iniciativa privada nacional

12. Conforme disposto na Lei 8.080/90, serão cofinanciadas pelo SUS, pelas universidades e pelo orçamento fiscal, entre outras, as :

- A) atividades de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico em saúde
- B) ações de saneamento básico e vigilância sanitária
- C) atividades de saúde voltadas para a recuperação de viciados
- D) ações de vacinação e vigilância epidemiológica.
- E) ações de detecção de qualquer mudança nos fatores de saúde coletiva

13. O conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde, caracteriza a:

- A) clínica ampliada
- B) atenção básica à saúde
- C) rede sentinela
- D) humanização da saúde
- E) saúde da família

14. O profissional que desenvolve ações que buscam a integração entre a equipe de saúde e a população adstrita à Unidade Básica de Saúde é o:

- A) ator social
- B) conselheiro comunitário
- C) assistente social
- D) agente sanitário
- E) agente comunitário de saúde

15. Uma das competências da direção municipal do Sistema de Saúde, ditada pela Lei que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, é:

- A) controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde
- B) definir e coordenar o sistema de rede de laboratórios de saúde pública
- C) estabelecer normas para a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras
- D) elaborar normas para regular as relações entre o SUS e os serviços privados de saúde
- E) promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde

16. Segundo foi estabelecido na Lei nº. 8.142/90, a Conferência Estadual de Saúde terá como um dos seus objetivos:

- A) estabelecer critérios e valores para a remuneração de serviços de saúde
- B) aprovar parâmetros de cobertura assistencial
- C) propor as diretrizes para a formulação da política de saúde estadual
- D) deliberar sobre o cronograma financeiro para os distritos sanitários
- E) aprovar o plano plurianual de assistência

17. Conforme tratado na Lei nº. 8.080/90, a execução dos serviços de Vigilância Epidemiológica é de competência:

- A) do Ministério da Saúde, com colaboração do Ministério do Meio Ambiente
- B) da Direção Municipal e, em caráter complementar, da Direção Estadual do SUS
- C) da Fundação Nacional de Saúde e das Secretarias Estaduais de Saúde
- D) das Secretarias Municipais de Saúde e da iniciativa privada
- E) de Fundações e Sociedades Beneficentes

18. Segundo a Lei 8.080/90, os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização:

- A) das Fundações Estaduais de Saúde
- B) das Diretorias de Saúde
- C) dos Departamentos de Saúde do SUS
- D) dos respectivos Conselhos de Saúde do SUS
- E) das Conferências de Saúde

19. Preconiza a Lei Federal 8.142/90 que, para os municípios receberem repasses de recursos financeiros, deverão contar, entre outros, com:

- A) Diretoria Técnica de Saúde e Conferência Municipal de Educação
- B) Conselho Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde
- C) Relatório de Gestão e Sindicato dos Trabalhadores da Saúde
- D) Conselho Municipal de Saúde e Sindicato dos Trabalhadores da Saúde
- E) Relatório de Gestão e Diretoria Colegiada da Saúde

20. Segundo a Lei que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, um dos critérios para o estabelecimento de valores a serem transferidos a estados, Distrito Federal e municípios é:

- A) a participação paritária dos usuários no conselho de saúde
- B) a produção de atividades de pesquisa e desenvolvimento científico
- C) o desempenho técnico, econômico e financeiro no período atual
- D) a eficiência na arrecadação de taxas, impostos e emolumentos
- E) o perfil epidemiológico da população a ser coberta

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Sobre o debate da Questão Social, Netto (2001) nos oferece elementos essenciais para compreender a gênese de utilização desta expressão e sua relação com fenômenos objetivos presentes na realidade social. O autor informa que a expressão “Questão Social” começa a ser utilizada na terceira década do século XIX e surge para dar conta do fenômeno do pauperismo, evidente na Europa Ocidental nesse período. Sendo assim, pode-se compreender, a partir do autor citado, que as expressões da “Questão Social”, estão relacionadas aos aspectos mais imediatos da:

- A) crise do Estado-Nação
- B) mudança de Regime Produtivo
- C) instauração do capitalismo financeiro
- D) instauração do capitalismo em seu estágio industrial concorrencial
- E) instauração do capitalismo monopolista, imperialista e industrial, que ocasionou uma onda de pobreza por sobre a classe trabalhadora

22. Behring e Santos (2009), em estudo que se propõe a analisar os vínculos históricos entre questão social e direitos, apontam a questão social como eixo central e polêmico no Serviço Social. As autoras ressaltam que, em geral, partindo de uma perspectiva reducionista e positivista que não considere a totalidade da realidade social, a questão social aparece como:

- A) risco social, exclusão social, fenômeno social relacionado à incapacidade individual dos sujeitos sociais
- B) pauperismo, pobreza extrema, fruto da desigualdade social gerada pela sociedade capitalista
- C) vulnerabilidade social causada pela atual expressão do Estado que, num processo de desresponsabilização, reduz os gastos sociais
- D) pobreza, violência e banalização do humano
- E) problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais

23. Behring e Boschetti (2009), ao analisarem os fundamentos e história da política social, destacam que as primeiras iniciativas voltadas a sua construção estão imersas na relação de continuidade entre Estado Liberal e Estado Social. Para a mudança da natureza do Estado Liberal no século XIX e início do século XX, bem como a construção e generalização das políticas sociais, houve um elemento político determinante. Tal elemento relaciona-se:

- A) à criação de partidos políticos compostos pela classe trabalhadora que toma a composição do Estado
- B) ao movimento operário e à mobilização e organização da classe trabalhadora
- C) à estruturação do Estado social e à incorporação de demandas de pleno emprego.
- D) à estruturação de políticas sociais fundamentadas pelo ideal de *Welfare State*
- E) à reconfiguração das relações Estado e sociedade civil que, através da classe trabalhadora, possibilitou o estabelecimento de um pacto social

24. O processo de contrarreforma do Estado brasileiro estudado por Behring (2008) está relacionado:

- A) a uma nova ofensiva burguesa na qual o Brasil adentrou a partir dos anos de 1990, adequando-se às requisições do capitalismo mundial
- B) à mudança do regime de produção fordista/keynesiano para o regime de acumulação flexível que teve por resultado o desemprego estrutural
- C) à fragilidade do Estado-Nação diante dos organismos internacionais
- D) ao neoliberalismo que requisitava a presença de um Estado forte para o mercado e para a área social
- E) a uma nova ofensiva burguesa que, desde a década de 1960, demandava a adequação do país aos ditames do capitalismo monopolista financeiro

25. Em seu estudo sobre os fundamentos ontológicos da ética no Serviço Social, Barroco (2007) nos ensina que a dimensão ética que fundamentou a origem da profissão reproduz os princípios éticos presentes:

- A) na filosofia tomista, no positivismo e no pensamento conservador
- B) na filosofia moderna e no pensamento conservador
- C) na teoria marxista haja vista a revisão ética proposta pelo movimento de reconceituação
- D) na filosofia tomista através do pensamento conservador presente nos estudos dos filósofos da teoria crítica
- E) no pensamento conservador ensinado nas disciplinas de filosofia e metodologia

26. Analisando as transformações ocorridas em termos ético-políticos no Serviço Social ao longo do desenvolvimento da profissão, verifica-se a partir da década de 1980, em especial no Código de Ética de 1986, a presença do que se entende por uma “nova ética”. De acordo com Barroco (2007), a nova ética presente no Serviço Social é resultado:

- A) do compromisso com a classe trabalhadora num viés liberal de pactuação com a classe burguesa
- B) da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e de uma nova visão da realidade brasileira
- C) da inserção da teoria marxista, a partir dos estudos de Marx, no texto do Código de Ética Profissional
- D) de uma análise fundamentada da realidade brasileira a partir de estudos estatísticos sobre as expressões da questão social
- E) da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e de uma nova visão da realidade brasileira que criticava a presença do neoliberalismo

27. Refere-se corretamente ao princípio de “ampliação e consolidação da cidadania” disposto no Código de Ética do Assistente Social, a seguinte afirmativa:

- A) A ampliação e consolidação da cidadania são consideradas formas de socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.
- B) A ampliação e consolidação da cidadania são consideradas direito ao aprimoramento intelectual na perspectiva da competência profissional.
- C) A ampliação e consolidação da cidadania são consideradas tarefas primordiais de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras.
- D) A ampliação e consolidação da cidadania são formas de assegurar universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.
- E) A ampliação e a consolidação da cidadania podem incentivar o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

28. Em uma instituição do sistema prisional de um determinado estado brasileiro, historicamente o atendimento às famílias dos presos só era realizado às segundas-feiras, dia útil da semana e quando a maioria dos familiares ficava impossibilitado de comparecer à instituição, devido a sua atividade de trabalho. Ao ser aprovada em concurso público, tomar posse e assumir as atividades na instituição, a assistente social Joana questionou o procedimento burocrático e levou a situação para discussão na reunião de equipe. A profissional buscou refletir junto a seus colegas por que o atendimento às famílias só poderia ocorrer às segundas-feiras, já que nos finais de semana também havia profissionais de Serviço Social na instituição. Um de seus colegas, o assistente social Daniel ressaltou que o atendimento nesse dia da semana teria sido determinação da direção da instituição e que, num determinado momento, a equipe decidiu acatá-la, para não se indispor com a referida direção. Após forte debate dos profissionais sobre a situação, decidiu-se que o posicionamento da equipe, a ser levado à direção, seria o de manter um profissional de plantão todos os dias da semana, inclusive em dias de visita, de maneira que todos os familiares que comparecessem ao setor e desejassem atendimento, pudessem ser ouvidos. Analisando a situação apresentada à luz dos deveres da Assistente Social nas suas relações com os usuários descritos no Código de Ética, é possível compreender que o posicionamento:

- A) da assistente social Joana foi errado, uma vez que o Código de Ética ressalta que é dever da assistente social nas suas relações com os usuários democratizar as informações e o acesso a programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários
- B) da assistente social Joana foi correto, uma vez que os novos profissionais ao chegarem às instituições devem tensionar radicalmente posturas conservadoras que atentam contra os direitos dos usuários
- C) inicial da equipe estava correto no sentido de que a equipe de Serviço Social deve evitar ao máximo se indispor com a direção da instituição, como uma estratégia para propor ações que contribuam para os direitos dos usuários
- D) da assistente social Joana foi correto, pois é dever do assistente social contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados
- E) da assistente social Joana foi desnecessário, uma vez que ela não tem afinidade com o trabalho no sistema prisional e está estudando para passar em outro concurso público

29. Para efeitos do Art. 7º da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), são caracterizados como beneficiários preferenciais dessa política as pessoas:

- A) custodiadas no regime semiaberto
- B) que se encontram sob custódia do Estado inseridas no sistema prisional ou em cumprimento de medida de segurança
- C) submetidas à medida de segurança, na modalidade tratamento ambulatorial
- D) que se relacionam com as pessoas privadas de liberdade
- E) custodiadas no regime aberto

30. Segundo Fávero (2006) o relatório, laudo ou parecer social transformam-se em:

- A) instrumentos dialéticos
- B) instrumentos técnico-operativos do Serviço Social
- C) instrumentos coercitivos quando expressam uma leitura clara da realidade social
- D) instrumentos de mediação
- E) instrumentos de poder

31. Matos e Bravo (2008), ao realizarem uma análise sobre o projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária, ensinam que, na década de 1990, havendo dois projetos em disputa na área da saúde – o projeto privatista e o projeto de reforma sanitária estes apresentaram diferentes requisições para o Serviço Social. A opção que referencia as características dos diferentes projetos e as requisições postas ao Serviço Social, segundo a análise dos autores, é:

- A) O projeto privatista requisitou e vem requisitando dos assistentes sociais demandas seletivas, fiscalizadoras e assistencialistas através da ideologia do favor e predomínio das ações individuais, enquanto o projeto de reforma sanitária demanda do assistente social a busca pela democratização do acesso aos serviços de saúde, atendimento humanizado, interdisciplinariedade e ênfase nas abordagens grupais.
- B) O projeto privatista requisitou e vem requisitando dos assistentes sociais demandas seletivas e ações de privatização do sistema público de saúde; enquanto o projeto de reforma sanitária, além da privatização, demanda do assistente social a busca pelas abordagens grupais.
- C) O projeto de reforma sanitária demanda do assistente social o estímulo à participação cidadã por meio da presença da população no Conselho Municipal de Saúde, enquanto o projeto privatista estimula a participação em instituições empresariais.
- D) O projeto privatista, sendo mais eficaz à nossa realidade, demanda do assistente social uma atuação voltada ao atendimento dos mínimos sociais por meio do setor privado; enquanto o projeto de reforma sanitária fundamentado nos direitos do cidadão demanda do assistente social uma atuação relacionada ao direito de saúde como dever do Estado neoliberal.
- E) Ambos os projetos apresentam as mesmas demandas ao assistente social, com a seguinte diferença: o projeto privatista requisita abordagens individuais e o projeto de reforma sanitária requisita abordagens grupais.

32. Viana (2008), ao analisar o desmonte da seguridade social no Brasil, demonstra que “o mais sutil e profundo ataque à Seguridade Social se manifesta através de sua despolitização”. Nesse sentido, segundo a análise da autora, o processo de despolitização empregado na Seguridade Social brasileira, sobretudo a partir da década de 1990, foi:

- A) a desmotivação da população para participação nos fóruns privados de decisão
- B) o tratamento da seguridade social de forma burocrática, por meio da tecnificação dos interesses públicos, afastado dos mecanismos democráticos que possibilitam a participação da sociedade
- C) a visão restrita de seguridade social como previdência social que considera que a assistência deve ser promovida por um Ministério exclusivo
- D) a falta de participação da população devido à perpetuação do ideário neoliberal que levou à perda da identidade de classe e à falta de manifestação pública por meio de protestos não pacíficos
- E) a uma nova forma de gestão da seguridade social que, modernizada, permite maior eficácia

33. Iamamoto (2009), ao analisar os espaços sócio-ocupacionais do assistente social, aborda a importância do estímulo a pesquisas e projetos que possibilitem o conhecimento do modo de vida e trabalho dos segmentos populacionais atendidos. Segundo a autora, o conhecimento criterioso dos processos sociais e sua vivência pelos indivíduos sociais pode possibilitar:

- A) maior efetividade nas ações e projetos propostos pelos órgãos públicos
- B) o empoderamento dos indivíduos no fortalecimento de suas capacidades individuais, de maneira que possam lidar com as expressões da questão social que vivenciam
- C) a criação de uma base de dados sobre os sujeitos e as questões sociais que vivenciam, que deve ser repassada aos órgãos de gestão das políticas sociais setoriais visando o enquadramento dos usuários em programas específicos
- D) a promoção de ações capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos segmentos subalternizados alvos das ações institucionais
- E) a promoção de ações capazes de propiciar o atendimento às efetivas necessidades sociais dos usuários descritos por grupos específicos, nas políticas sociais

34. Atualmente, na leitura predominante no Serviço Social, pode-se compreender que a “prática profissional” não deve ser considerada isoladamente, ou seja, apenas naquilo que “o assistente social faz”, mas para além disso, seus condicionantes internos e externos. Partindo de Iamamoto (2006), pode-se considerar a prática profissional como:

- A) atuação contraditória desenvolvida pelo assistente social em seu espaço sócio-ocupacional
- B) atividade que se relaciona ao conflito capital X trabalho no âmbito das instituições empresariais
- C) atividade refletida que busca o conhecimento do contexto de vida dos usuários para uma atuação eficaz que atenda às necessidades institucionais
- D) atividade do assistente social na relação com usuários empregadores e os demais profissionais considerando as condições sociais nas quais se realiza
- E) produto da atuação do profissional que pensa, analisa e decifra a realidade

35. Iamamoto (2008), ao analisar o Serviço Social em tempos de capital e fetiche, informa que a questão social passa a ser objeto de um “processo de criminalização”, atingindo as classes pobres. Em meio a esse contexto, pode-se verificar a retomada de uma noção que fundamentou o olhar sobre os pobres no Brasil. A noção que historicamente caracterizou as classes pobres na realidade brasileira é a noção de:

- A) vagabundos, para os quais a proteção social acaba por ser prejudicial
- B) classes subalternas
- C) classes perigosas
- D) violentos que necessitam ser contidos
- E) carentes e em vulnerabilidade social

36. Em sua análise sobre a orientação e acompanhamento a indivíduos, grupos e famílias Miotto (2009) ressalta que esta atuação interfere na formação de condutas e subjetividades dos usuários. Partindo da análise proposta pela autora, pode-se compreender que tal atuação caracteriza-se por:

- A) ações que devem respeitar as limitações dos usuários
- B) ações pautadas num compromisso ético-político com o usuário, visando contribuir para a adequação demandada pelo atual contexto de sociedade
- C) ações de natureza socioeducativa que não devem se relacionar à subjetividade dos usuários
- D) prática profissional voltada à efetivação dos direitos dos usuários e à qualidade dos serviços prestados pela instituição
- E) ações de natureza socioeducativa determinadas pelo paradigma teórico-metodológico e ético-político de acordo com determinados projetos de profissão e de sociedade

37. De acordo com o Art 3º da Lei 8.080/1990 e suas recentes atualizações, pode-se considerar como determinantes e condicionantes da saúde, entre outros:

- A) a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais
- B) a previdência social, a assistência social e a saúde
- C) os eventos de calamidade pública, devido às tragédias recentemente noticiadas na mídia
- D) a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços sociais
- E) a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais

38. Maria, 21 anos de idade, chega a uma unidade de saúde pública com 40 semanas de gestação sentindo fortes contrações. Ao ser examinada por um profissional médico na emergência da instituição, a situação indicava que Maria logo daria à luz a uma menina. Maria estava acompanhada de seu companheiro José Luiz que, apesar de apreensivo, estava muito feliz pela chegada da primeira filha do casal. A equipe médica, ao realizar os preparativos para o encaminhamento da paciente à sala de parto, informou ao seu companheiro que ele teria que aguardar a conclusão dos procedimentos destinados ao parto no corredor. José Luiz ficou atordoado, visto que, ao longo de todo acompanhamento que realizou a sua companheira, nas consultas de pré-natal, fora orientado que Maria teria direito a um acompanhante escolhido por ela, que poderia acompanhá-la no período do parto e do pós-parto. Analisando a situação, pode-se concluir, a partir do Art. 19-J incluído pela lei 11.108/2005 na Lei 8.080/1990, que:

- A) apesar de ser direito de Maria ter um acompanhante, este não poderia ser seu companheiro José Luiz, pois as instituições de saúde podem condicionar que o acompanhamento seja realizado apenas por pessoas do sexo feminino, devido à presença de outras mulheres nas instalações das maternidades
- B) José Luiz poderia acompanhar Maria já que, segundo as legislações acima citadas, fica a critério da parturiente a indicação do acompanhante
- C) apesar de ser direito de Maria ter um acompanhante, esta possibilidade fica a critério da equipe médica que deve considerar o estado de saúde da parturiente e do bebê
- D) apesar de estar descrito em lei o direito à parturiente ter um acompanhante, este direito limita-se a unidades de saúde da rede privada, que podem oferecer condições ao acompanhamento
- E) José Luiz poderia acompanhar Maria, mas apenas no período do parto

39. De acordo com o Art 26 da Lei 8.213/1991 acerca do auxílio reclusão, é correto afirmar que é uma prestação:

- A) devida ao segurado recolhido à prisão no sistema penitenciário
- B) que independe de carência para sua concessão
- C) devida aos dependentes do segurado recolhido a prisão, não podendo ser cumulada com nenhum outro tipo de benefício ou renda
- D) que possui critério de carência de seis meses a um ano
- E) devida apenas ao cônjuge do segurado recolhido à prisão que comprove critérios socioeconômicos

40. Partindo das análises propostas por Dantas e Pereira (2011), no estudo que busca refletir sobre a relação de custódia e o exercício profissional do assistente social, pode-se compreender que o aprisionamento atualmente cumpre a grande função política de:

- A) acolher indivíduos com posturas contrárias às exigidas em nosso contexto de sociedade e que, por isso necessitam ser custodiados
- B) aprisionar indivíduos que praticam crimes previstos nas leis penais e que, devido a sua periculosidade, necessitam ser afastados do convívio social
- C) recolher indivíduos que não se adequam às leis e às normas de convívio e por isso podem representar perigo à sociedade
- D) criminalizar e prender indivíduos que não se adequam ao atual modelo de sociedade capitalista monopolista neoliberal, que desenvolvem relações sociais permeadas pela violência e pela execução de crimes
- E) acolher os “sobrantes para o mercado”, situação coerente e intrínseca às relações sociais produzidas pelo capitalismo de égide neoliberal

41. A seguinte afirmativa reflete a análise crítica realizada por Dantas e Pereira (2011) sobre o processo de revista a visitantes, presos e internados em instituições prisionais:

- A) Esta prática se relaciona a um histórico processo de violação de direitos, em que o instituinte tem “força de lei” sobre o instituído; nesse contexto, o preso perde o “direito a ter direitos” através da execução de medidas excepcionais.
- B) A vida sob custódia está repleta de praxes e de medidas excepcionais, dentre as quais está o processo de revista, tais ações passam a ter “força de lei”, embora não possam ser compreendidas no plano jurídico.
- C) A revista aos corpos dos visitantes, presos e internados apesar de ser uma violação de direitos, é compreendida pelos profissionais presentes na unidade prisional como necessária, de modo que sua segurança possa ser resguardada.
- D) A revista aos corpos dos visitantes, presos e internados é inaceitável, sendo hoje a principal prática contra a qual os profissionais de Serviço Social lutam nas unidades de custódia.
- E) A revista é, infelizmente, um “mal-necessário”.

42. Analisando criticamente o conceito de custódia, Dantas e Pereira (2011) destacam que este se relaciona ao ato de coagir, regular e controlar, mas também a “manter sob proteção”, assistir e cuidar. Nesse sentido, referindo à atuação profissional do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais dos hospitais de custódia, as autoras destacam certas contradições:

- A) Vivencia-se, nesse espaço, o entrelaçamento entre duas políticas públicas: a política penitenciária e a política de saúde mental, e o embate entre uma práxis baseada na cultura prisional, e uma outra comprometida com um projeto societário mais amplo, voltada para o resgate da cidadania, a desinstitucionalização e a inclusão social do “louco”.
- B) Vivencia-se, nesse espaço o entrelaçamento entre duas políticas públicas: a política de saúde clínica e a política de saúde mental, e o embate entre uma práxis baseada na cultura prisional propagada, sobretudo pelos agentes de disciplina, e uma outra comprometida com um projeto societário mais amplo, direcionada pelo Serviço Social, voltada para o resgate da cidadania, a desinstitucionalização e a inclusão social do “louco”.
- C) Vivencia-se, nesse espaço, o entrelaçamento entre duas políticas públicas: a política penitenciária e a política de saúde mental, e o embate entre uma práxis baseada na cultura prisional, e uma outra comprometida com um projeto societário mais amplo, voltada para o resgate da cidadania e a ressocialização do preso “louco”.
- D) Vivencia-se, nesse espaço, uma contradição própria do sistema capitalista neoliberal: a evidência da violação de direitos e a necessidade de efetivação deste por meio da ressocialização do preso “louco”.
- E) Vivencia-se, nesse espaço, uma tensão entre “vigiar e punir”.

43. A partir de Dantas e Pereira (2011), pode-se compreender como foco da atuação do Serviço Social em unidades de custódia e tratamento:

- A) a ressocialização do preso “louco”, paciente da instituição, por meio do processo de desinternação, que busca a mobilização de recursos para efetivar os projetos de vida relacionados no estudo social
- B) a mobilização de recursos que possam contribuir para a inserção do preso “louco”, paciente da instituição, no mercado de trabalho formal de maneira que ele possa sustentar o processo de desinternação que, pela burocracia institucional, deve ser registrado em pareceres técnicos remetidos ao Poder Judiciário e ao Ministério Público
- C) a possibilidade de, junto ao preso “louco”, paciente da instituição”, realizar a análise da sociedade capitalista e da luta de classes nela presente, de maneira que, após o processo de desinternação, o preso possa compreender seu lugar na estrutura social e se fortalecer, efetivando o processo de resistência à ordem social burguesa
- D) a mobilização de recursos que possa sustentar o processo de desinternação, que não deve ficar restrito aos pareceres técnicos, mas ao trabalho de engajamento desses pacientes na rede de assistência, na preocupação constante em formar parcerias institucionais, mobilizando os recursos necessários para que se possa efetivar a inclusão social desses pacientes e no resgate da cidadania
- E) a limitação do foco da atuação do Serviço Social nas instituições à produção de laudos e de pareceres técnicos, com vistas a imprimir andamento aos processos criminais

44. Forti (2011), ao analisar a relação entre Direitos Humanos e Serviço Social, afirma que a efetivação de direitos sociais e humanos é recorrentemente referenciada nessa profissão. No entanto, a autora argumenta que “debater é preciso”, pois:

- A) a relação entre Serviço Social e Direitos Humanos pode renovar os traços messiânicos e caritativos que estiveram presentes na gênese da profissão
- B) no Serviço Social, o debate sobre Direitos Humanos apresenta um cunho fatalista, uma vez que, sobre a sociedade capitalista, os direitos humanos são de impossível efetivação
- C) no campo de atuação profissional do Serviço Social, a efetivação de direitos sociais e humanos são ressaltados com proeminência, no entanto, raras são as vezes em que se supera o discurso formal
- D) o debate sobre os Direitos Humanos e Serviço Social é vazio de conteúdo, devido ao fato de que não ultrapassa a esfera do direito positivo
- E) a análise da relação entre Direitos Humanos e Serviço Social para o ideário neoliberal, é extremamente oportuna uma vez que se constitui como recurso para a radicalização da defesa e a efetivação de direitos sociais pelos assistentes sociais

45. Na análise sobre Direitos Humanos, pela perspectiva que confere direção ao Serviço Social na atualidade, é correto o entendimento de que estes direitos:

- A) estão fadados ao fracasso no contexto da sociedade capitalista
- B) são produtos históricos movidos no solo da luta de classes, emergindo das lutas dos trabalhadores, na medida em que adquiriram consciência da importância do trabalho na sociedade capitalista
- C) nascem da afirmação da defesa dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) a partir de 1948
- D) expressam a contradição capital X trabalho no capitalismo financeiro
- E) são produtos históricos e antecipações possibilitadas pelas lutas da classe trabalhadora em sua práxis, no cenário político e social

46. O Art. 15º da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) define como competência da União nessa política, por intermédio do Ministério da Saúde:

- A) executar as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito da atenção básica, em todas as unidades prisionais sob sua gestão
- B) elaborar o plano de acompanhamento em saúde dentro dos instrumentos de planejamento e gestão para garantir a continuidade da PNAISP, considerando as questões prioritárias e as especificidades regionais de forma contínua e articulada com o SUS
- C) elaborar e divulgar normas técnicas sobre segurança para os profissionais de saúde dentro dos estabelecimentos penais
- D) garantir a continuidade da PNAISP por meio da inclusão de seus componentes nos planos plurianuais e nos planos nacionais de saúde
- E) apoiar a organização e a implantação dos sistemas de informação em saúde a serem utilizados pelas gestões federais, estaduais, distritais e municipais da área prisional e da saúde

47. A partir da análise crítica realizada por Sousa e Oliveira (2011) sobre a criminalização dos pobres no contexto de crise do capital relaciona-se ao modo de ser e estar da população pobre em meio ao atual contexto social, o fato de que se tem assistido:

- A) à expansão das atividades criminosas como estratégia de integração marginal à economia por parte de indivíduos e grupos que fazem parte de uma população sobrance, que possui invariavelmente características ético-raciais específicas e, não por coincidência, são os típicos habitantes das comunidades populares
- B) à expansão da ação do Estado-penal através de medidas de proteção social, voltadas a garantir os mínimos sociais, para uma população sobrance que, apesar de se empenhar, não consegue se inserir no mercado formal de trabalho
- C) ao aumento da violência por parte de moradores de comunidades populares, como estratégia de proteção contra as ações de “pacificação” proposta pelo Estado, ainda que estas visem à promoção, à integração e ao bem-estar destes indivíduos
- D) a eventos de manifestação pacífica por parte das populações pobres, habitantes de comunidades populares, que se espelham nas manifestações pacíficas propagadas pela classe média brasileira
- E) ao aumento da prisão por parte da polícia de indivíduos que cometeram crimes de baixo teor ofensivo, mas que devido ao uso de drogas como o *crack* devem ser considerados como de alta periculosidade

48. Sousa e Oliveira (2011) apontam uma forte tendência contemporânea na requisição da atuação do assistente social, que é demandado a atuar:

- A) como perito social, devido à complexidade das relações sociais atuais e do recrudescimento da violência institucional
- B) no desenvolvimento de práticas socioeducativas, voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares
- C) no desenvolvimento de práticas de fiscalização, moralização e individualização das situações sociais vivenciadas pelos indivíduos pobres, que têm como porta de entrada principal o Ministério Público, enquanto órgão do Poder Judiciário
- D) no desenvolvimento de práticas de leitura crítica e em totalidade da realidade social, que busquem reafirmar seu compromisso com a classe trabalhadora
- E) no desenvolvimento de práticas profissionais que fortaleçam o disciplinamento, a fiscalização, a moralização e o controle social, como meios de consolidar a assistencialização das políticas sociais e a criminalização dos pobres

49. Segundo a Lei 8.662/1993 e atualizações, assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como de pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular constitui:

- A) uma competência do (a) assistente social
- B) uma matéria em Serviço Social
- C) um direito do (a) assistente social
- D) uma atribuição privativa do (a) assistente social
- E) um dever do assistente social

50. No ano de 2010, muitas cidades do estado do Rio de Janeiro sofreram com as fortes chuvas que atingiram a região, ocasionando desabamentos e enchentes. Diante do grande número de famílias desabrigadas que necessitavam de auxílio, muitos profissionais, entre estes assistentes sociais, foram convocados a atuar. Considerando a situação à luz do Título II do Código de Ética do Assistente Social, pode-se compreender que a atuação demandada ao (a) assistente social constitui:

- A) uma competência, pois o (a) assistente social torna-se competente para a atuação, dadas as diversas expressões da questão social decorrentes da situação de calamidade pública
- B) um direito, considerando que o (a) assistente social assume o compromisso em favor da luta geral dos trabalhadores
- C) um dever, pois o (a) assistente social deve participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades
- D) um direito, pois o (a) assistente social tem direito ao livre exercício das atividades inerentes à profissão
- E) um dever, pois o (a) assistente social, em suas relações com os usuários, deve democratizar informações e o acesso a programas disponíveis no espaço institucional como um dos mecanismos indispensáveis à participação daqueles